

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

Francisco de Paula Rodrigues Alves (*)

J. J. Cardozo de Mello Neto

Estão iniciadas as comemorações do centenario do nascimento de FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. O Brasil volta-se, comovido, para a figura impar daquele modesto filho do português DOMINGOS RODRIGUES ALVES que, a 7 de julho de 1848, nasce na pequena Guaratinguetá, para dedicar uma vida de cinqüenta anos ao serviço permanente da Pátria.

Dentre as comemorações do centenário, a primeira que se realiza em São Paulo é esta e nesta casa. Assim, por justiça e gratidão, devera necessariamente ser. Porque, foi aqui, neste chão sagrado, que o estudante abeberou-se nas lições de Direito e de Civismo que a Academia, ha mais de um século, infiltra no espírito dos moços de São Paulo, criando-os para homens do Brasil.

E' natural, portanto, que falando na Faculdade de Direito em nome de sua congregação de Professores (que, dest'arte, por nimia gentileza, confere-me investidura tão grata ao meu coração) procure extrair da vida de RODRIGUES ALVES a lição mais alta que o destino me reservou dar aos moços que, por ela se norteando, estarão preparados, nesta hora atormentada, para servir o Brasil com o patriotismo, com a honestidade sem jaça, com a compreensão da vida no seu sentido espiritual, com o espírito público do grande presidente.

(*) Discurso proferido, em nome da Congregação de Professores, na sessão solene comemorativa do 1.º centenário do nascimento do eminente brasileiro.

Num ambiente diferente daquele em que o Império viveu, de dignidade tanto na vida pública quanto na vida privada, de horror pela demagogia, de desprezo pelas falsas promessas ao povo, RODRIGUES ALVES não teria iniciado, com o sucesso que teve, sua carreira política.

Se os homens que pregaram a República houvessem entendido que, por a terem preparado, eram dela proprietários, o Conselheiro RODRIGUES ALVES não teria feito a fulgurante carreira política que fez.

Porque, salvante as disputas eleitorais para deputado provincial e deputado geral, no Império, todos os demais altos cargos que RODRIGUES ALVES ocupou lhe foram impostos, jamais solicitados, ou sequer pleiteados.

E' que RODRIGUES ALVES era de um recato tão escrupuloso em sua vida privada, inatacavel, quão constante em sua vida pública, impoluta.

Nunca competiu com ninguém. Seu nome surgiu, sempre, naturalmente. Não era ele que se apresentava.

Foi assim sua ascensão à presidência da província de São Paulo.

Com a exoneração do visconde de Parnaíba — um dos mais fecundos governos da província, que tanto e tão bem trabalhara na transformação do trabalho servil em trabalho livre — abriu-se o delicado problema político de sua sucessão. Estavamos em novembro de 1887. A abolição da escravatura empolgava o país. Tivera a propaganda o condão de cindir os dois grandes partidos nacionais — o Partido Conservador e o Partido Liberal, os quais se revezavam no poder. Abolicionistas e emancipadores existiam entre conservadores e liberais. Não escravocratas, porque, para honra da cultura e do sentimento brasileiro, escravocratas propriamente ditos raríssimos se encontravam entre os homens públicos do país.

Em São Paulo, dominava a “União Conservadora”, da qual o deputado geral RODRIGUES ALVES era um dos expoentes, sendo seus chefes incontestes os Conselheiros ANTONIO

PRADO e RODRIGO SILVA. JOÃO MENDES, o velho, incarnava, com singular galhardia, a dissidência do partido. Todos esses, abolicionistas. Mas, a verdade é que parte da elite conservadora e quasi todo o Partido Liberal, era apenas emancipador. Segundo eles, a abolição devia ser gradativa, para não produzir perturbação no trabalho agrícola — base, já então, da riqueza paulista. A propaganda abolicionista ameaçava extravasar os limites legais. São Paulo estava inteiramente perturbado no seu trabalho. As fugas de escravos dirigidas pelos abolicionistas, os conflitos diarios nas fazendas, faziam a província viver trágicos dias. Era preciso encontrar um homem, fiel ao partido responsavel pelo governo, que fosse capaz de conciliar a ordem com o movimento irreprimivel da abolição, de tal autoridade que pudesse ser ouvido por dois conservadores irreconciliaveis: ANTONIO PRADO e JOÃO MENDES, ao mesmo tempo que impuzesse confiança aos Souza Queiroz e aos Moreira de Barros, liberais.

Esse homem, todos acordaram, só podia ser o deputado geral FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES que, assim, penetra pela primeira vez, como presidente de São Paulo, no palácio de Anchieta. Não tinha então quarenta anos. A estrela que o acompanhou na vida começava a brilhar.

Das dificuldades que teve de enfrentar, dá-nos singelamente noticia em “Relatório” à Assembléia Legislativa:

“Não vos são estranhas as dificuldades que encontrei ao iniciar minha administração e os graves acontecimentos que se sucederam, consumindo todos os esforços na preocupação de assegurar a ordem pública, ameaçada em vários pontos da Província”.

Mas, para deixar bem claro seu pensamento emancipador, acrescentava:

“A propaganda pacífica em favor da emancipação dos escravos, inspirada nos sentimentos de hu-

manidade e patriotismo, desperta em todos os espiritos manifestação de franca adesão”.

“A liberdade que surge sem a desordem, sem a desorganização do trabalho, sem o tumulto das leis econômicas, é uma aspiração nobilíssima”.

Estava prestado a São Paulo, o seu primeiro e inestimável serviço.

Firma-se a convicção de que um homem d’Estado havia surgido.

E, era no Império onde os estadistas não se improvisavam, mas se formavam ao embate de nobre luta política e na comprovada ação administrativa.

Foi também, e só, por suas qualidades excepcionais, que o Conselheiro RODRIGUES ALVES se viu eleito deputado à 1.ª Constituinte Republicana, transformada, posteriormente, em Assembléia ordinária.

Sua atuação é aí decisiva, principalmente no que tange com a Economia e as Finanças, onde se evidenciou uma das maiores autoridades da Assembléia.

Isto explica porque FLORIANO PEIXOTO convidou-o para Ministro da Fazenda. RODRIGUES ALVES recusou. CAMPOS SALLES e BERNARDINO DE CAMPOS intervêm. FLORIANO insiste e telegrafa ter mandado lavrar o decreto de nomeação. RODRIGUES ALVES, diante do irremediável, acede.

Apenas dois anos após a proclamação da República, numa atmosfera carregada de “republicanismo histórico”, ainda palpitante a atividade do BARÃO DE LUCENA que procurara, à evidência, envolver DEODORO numa política de volta ao passado, — um Conselheiro do Império via-se, sem o ter desejado, quasi forçado, Ministro da Fazenda.

Data dessa época, a influência decisiva e benéfica de RODRIGUES ALVES na política financeira do Brasil.

“Daí, em diante, o Conselheiro RODRIGUES ALVES, com pequenas interrupções, jamais deixou de orientar a nossa política financeira até 1896”.

E' o testemunho de DUNSHEE DE ABRANCHES que assim põe em fóco o fenômeno que, em certos círculos, aproouve denominar-se “a influência paulista”.

“A vantagem dessa influência manifestou-se principalmente mais tarde na continuidade da ação administrativa, de modo que, nos tres quadriênios seguintes (PRUDENTE, CAMPOS SALLES e RODRIGUES ALVES) a política financeira não mudou, seguiu uma só diretriz, obedeceu ao mesmo pensamento de governo”.

E finaliza, com a afirmação que vale como um julgamento, porque proferido por um brasileiro, nascido fóra de São Paulo:

“E' esse aliás, um dos segredos da grandeza econômica e florescimento intelectual de São Paulo: vinte e tres anos de ordem interna na administração, de persistência em torno de um programa definido e de presidentes que se sucedem como continuadores de uma obra comum, sem preocupações de reformas sobre reformas, nem de destruir o trabalho feito por seus antecessores”

Mas, “uma questão de escrúpulos em doutrina politica, fê-lo exonerar-se do cargo”.

A divergência entre FLORIANO e RODRIGUES ALVES, sabe-se, estava em que o Ministro entendia que — novas eleições deveriam ser realizadas para completar o primeiro quadriênio e FLORIANO permanecera no poder, como sucessor de DEODORO.

Ao assumir PRUDENTE DE MORAES a presidência da República, volta RODRIGUES ALVES ao Ministério da Fazenda. Era, como sempre, o naturalmente indicado.

Sua atuação no Senado Federal nos anos de 1893 e 1894, de que dão notícia os Anais, sagram-no, em definitivo, como o financista mais bem orientado, mais seguro, aquele que devia tomar a si o penoso cargo de assentar as novas bases da política economico-financeira do Brasil, em plena

crise resultante do malefício da pluralidade de bancos emissores e sua consequência, o derrame de papel moeda, que levou ao auge a perturbação de todos os valores (até os morais) a que se deu o nome de “encilhamento”.

“O Dr. RODRIGUES ALVES, ao assumir pela segunda vez a direção da pasta da Fazenda, não tardava a preparar o terreno para que, alguns anos depois, a República entrasse em uma fase de real e fecunda prosperidade econômica e social”.

Foram dois anos de trabalho árduo dentro dos quais o Ministro da Fazenda fazia levantar a escrita do Tesouro Nacional, encontrada em pleno caos, e conseguia retardar o funcionamento da máquina de fabricação de papel moeda.

Infelizmente, PRUDENTE adoece gravemente e o vice-presidente MANOEL VITORINO assume o governo. RODRIGUES ALVES, demite-se, em caracter irrevogavel, por não concordar com a orientação preconizada pelo substituto do presidente paulista. Escreve, por essa ocasião, uma série de artigos impugnando-a, com uma segurança, que todos nele reconheciam, mas, também, com um espírito de combate, que o país desconhecia. “Gide” é a expressão da cólera sagrada contra os demagogos ou os fantasistas da época.

PRUDENTE, ainda doente, reassume o governo.

E RODRIGUES ALVES, já, de novo, no Senado volta a ser o líder do Governo.

Por essa época, chegavam os responsáveis pelo Governo da Nação ao reconhecimento de uma situação de impossibilidade de honrar o Brasil os compromissos externos. Por lembrança de nossos credores estrangeiros, tivemos de celebrar o convênio financeiro que ficou popularizado pelo nome de “funding-loan”.

Era Ministro da Fazenda BERNARDINO DE CAMPOS, antigo Presidente de São Paulo, no quadriênio mais fecundo de sua história administrativa.

“Uma circunstância, entretanto, de ordem privada, fez com que a operação do *funding-loan* fosse quasi toda tratada entre o Dr. RODRIGUES ALVES e o emissário de nossos credores ingleses.

Grave enfermidade em pessoa da família do Dr. BERNARDINO DE CAMPOS quasi o impossibilitou, dias seguidos, de prestar atenção a qualquer negócio, de modo que confiou àquele seu dedicado amigo e correligionário político, que o antecederá na pasta, a delicada missão de minutar o contrato, acautelando a honra e os interesses do Brasil.

RODRIGUES ALVES conseguiu reduzir em grande parte as exigências de Londres. Ressalvara das cláusulas do convênio a Estrada de Ferro Central do Brasil e outros próprios nacionais.

Fizera, mais uma vez, valer por si só o crédito tradicional do Brasil, como o principal fiador dos seus compromissos”. (DUNSHEE DE ABRANCHES).

Em 1900, volta RODRIGUES ALVES à presidência de São Paulo, já agora eleito, sem competidor, pelos paulistas. De que não tinha, ainda desta vez, lançado sua candidatura, mas que esta decorrera da indicação unânime dos responsáveis por São Paulo, dá-nos, ele próprio, notícia nessas nobres palavras proferidas no banquete ao Coronel FERNANDO PRESTES, que então deixava o poder:

“Agradeço aos meus dignos concidadãos a honra que me conferiram, elegendo-me para o primeiro posto da administração do Estado. Ha bem poucos dias falando aos representantes do Estado, eu afirmava que não tinha o espírito preparado para voltar de novo ao exercício de cargos administrativos. Tive, entretanto, de obedecer à imposição do voto dos meus amigos e faltou-me coragem para resistir à honra de presidir o Estado de São Paulo. Eu bem sei que governar São Paulo é quasi governar uma Nação. Não aceitei o cargo senão contando com vossas luzes, vossos conselhos, vosso apoio. Sem elas, eu nunca governarei. Já não tenho ambições na vida pública, tão cheia de trabalhos e de preocupações”.

Logo adiante porém surge, irresistível, a vocação do estadista que, como tal, compreende o problema brasileiro, numa de suas faces essenciais:

“Dir-vos-ei que ha de ser meu esforço constante entreter relações da mais perfeita harmonia entre o Estado e a União, procurando por atos de boa e sã administração fazer desaparecer os receios de desmembramento, arma de que se têm servido os inimigos da República, dentro e fora do país, para guerreá-la. Há de ser meu esforço constante convencer a todos que a nossa Pátria será grande e forte pela união de todos os Estados”

Estava RODRIGUES ALVES cumprindo seu programa, naquelas patrióticas palavras delineado, quando se abre o problema da sucessão de CAMPOS SALLES.

Doze anos se tinham passado da proclamação da República. O “republicanismo histórico”, representado por PINHEIRO MACHADO, orienta-se para a escolha de um homem da grei. Isso, na aparência, porém, no fundo um desejo de certos elementos de fazer esvanecer a apelidada “influência paulista”.

Mas, CAMPOS SALLES reage.

Esse homem de fé e de vontade, que tinha impopularizado quasi seu governo, para, à risca, cumprir um programa político-financeiro, de salvação nacional, lança o nome do antigo Conselheiro do Império “único homem capaz de coroar a obra da reorganização nacional, empreendida sob o tríptico aspecto político, econômico e financeiro.” E, aos que opunham restrições ao nome de RODRIGUES ALVES, respondia: “constituirá um belo espetáculo ser elevado ao supremo posto, pelos republicanos de nascimento, um ex servidor da Monarquia, convertido e ganho para o serviço da República. A idade heróica, a idade cavalheiresca já passou. Agora o verdadeiro patriotismo é o que consiste em designar os que forem mais capazes e dignos”.

E, nesse sentido escreveu ao presidente de São Paulo, a memorável carta de 6 de Janeiro de 1901.

RODRIGUES ALVES, como sempre, procura afastar seu nome.

“Minha origem ha de despertar suspeitas. Por que o meu nome quando ha, para não falar em outros, o de Bernardino, que estou certo será acolhido com grande satisfação e principalmente sob esse último ponto de vista, terá a adesão geral?”

Mas, estava escrito que o Conselheiro RODRIGUES ALVES iria iniciar a mais brilhante, a mais fecunda fase de sua vida pública.

O Brasil viria abrir-se o período áureo de sua política tanto no interior, como no exterior.

Estava RODRIGUES ALVES, presidente da República. O homem de Estado ia agir, em toda plenitude de sua capacidade realizadora.

Aquele “entendimento claro, espírito equilibrado, índole reta, experiência feita, alma patriótica”, vai realizar “as duas aspirações do país: recomposição material do território, recomposição moral do regimen”. E’ de RUY o julgamento.

A obra do “grande presidente” aí está:

E’ o Brasil “erguendo a bandeira da integridade nacional abandonada ao estrangeiro, nas fronteiras do Acre”. E’ o Brasil reintegrado em suas fronteiras com RIO BRANCO. E’ o Brasil reingressando na Civilização pelo saneamento, pela vacinação obrigatória contra a varíola, pela extinção da febre amarela, com OSWALDO CRUZ. E’ o Rio de Janeiro transformado de cidade colonial em “cidade maravilhosa”, com PEREIRA PASSOS e PAULO DE FRONTIN. E’ o lançamento das bases da reorganização do Exército, com ARGOLO. E’ o reerguimento da Marinha de Guerra dentro de um programa de envergadura, nunca antes traçado, nem menos executado, com JULIO DE NORONHA. E’ o impulso sem precedente da viação férrea e das obras portuárias, com LAURO

MULLER. E, dentro de tantos e tão onerosos empreendimentos, é a continuação da política financeira de CAMPOS SALLES, de saldos orçamentários, com LEOPOLDO DE BULHÕES.

Nunca, no Brasil, se fez tanto em tão pouco tempo.

Um dia houve, talvez o mais belo da vida de RODRIGUES ALVES, em que “as correntes políticas do Estado, sacrificando velhas e conhecidas divergências” se congregaram todas e foram buscar no retiro de Guaratinguetá o único homem considerado capaz de restabelecer e fazer imperar aquela “perfeita harmonia entre a União e os Estados”, que constituiu prégagação constante e ação perseverante do grande brasileiro.

RODRIGUES ALVES, pela terceira vez, preside São Paulo.

A Piratininga volta à tranquilidade de espírito necessária para que os paulistas se pudessem entregar, confiantes, à sua vocação de trabalho indefesso, pela prosperidade da Pátria comum.

Estava, porém, escrito no livro do Destino que RODRIGUES ALVES, até o fim, haveria de confundir sua vida com a história do Brasil.

Abre-se, mais uma vez, o problema da sucessão à presidência da República, exatamente em plena conflagração européia.

Ninguém, conhecedor dos anseios e reivindicações da humanidade sopitados pelo Estado individualista, tinha mais dúvida de que uma nova ordem apontava no horizonte. O mundo iria mudar, como realmente mudou.

Precisava o Brasil preparar-se para enfrentar o período decisivo da transição. Mais do que nunca, era necessário na presidência, um homem.

E, a política nacional procurou, mais uma vez, RODRIGUES ALVES.

Por que?

E' EPITACIO PESSOA, anunciando o voto da convenção de Junho de 1917, quem o diz: “porque a escolha devia expri-

mir a união de todos os espíritos, a convergência de todas as vontades para a defesa dos interesses mais sagrados da Pátria”.

Porque “essa escolha deve significar a renúncia aos pontos de vista pessoais; a trégua às divergências de escolas ou de partidos; o esquecimento das tendências particulares e exclusivismos regionais; a preocupação unicamente de investir na magistratura mais elevada e na mais eminente representação do país, homens capazes de conseguir o apoio das correntes poderosas da opinião, de se impor ao respeito e à estima de todos os seus concidadãos, de assegurar o prestígio do Brasil no exterior”

E’, em 23 de Outubro de 1917, RODRIGUES ALVES, sintetizando seu programa quem fala:

“O País inteiro está encarando, com verdade e coragem, a realidade da situação. Havemos de resistir aos efeitos da guerra e nos prevenirmos contra a violência de seus choques, se perseverarmos no esforço para a solução dos dois problemas de grande atualidade: — o da defesa nacional e o do fortalecimento econômico do País. E’ em torno desses princípios que devem continuar a girar os esforços, os cuidados, as preocupações dos poderes da República”.

Agora, a razão de ser da ascensão do modesto filho de Guaratinguetá e o sentido de sua vida.

Por que, desde estudante do Colégio Pedro II, RODRIGUES ALVES impressionou seus companheiros, como refere o colega JOAQUIM NABUCO?

Por que JOÃO MENDES, o velho, no dia de sua formatura, entendeu de seu dever apresentá-lo pela “Opinião Conservadora”, como “digno de melhor apreço pelo seu caráter sisudo, inteligência cultivada e idéias sãs”?

Por que o austero PRUDENTE DE MORAES disse um dia que — somente escrito pela letra de RODRIGUES ALVES seria capaz de assinar um papel, sem o ler?

Porque RODRIGUES ALVES era uma vontade inquebrantável ao serviço de uma causa. A causa era o Brasil. Seu serviço empolgou-lhe a existência. Só enxergava o interesse público e por ele unicamente se guiava.

Sereno, mas inflexível, nunca se deixou conduzir, nem se curvou a injunções meramente partidárias, por mais vestidas que parecessem estar pelo interesse público.

Quando ocupava um posto de comando, efetivamente dirigia — isto é — traçava o programa e seus auxiliares o executavam. Tinham eles plena liberdade de ação, certos do apoio decisivo do Presidente, inteiramente surdo às intrigas, viessem donde viessem.

“Faziam seus auxiliares quanto entendiam dever fazer, menos aquilo que o presidente não queria” (LAURO MULLER).

Por que a estrela que acompanhou RODRIGUES ALVES cintilou cada vez mais fulgurante?

Por que o Brasil voltava-se para RODRIGUES ALVES, em momentos decisivos da nacionalidade, apontando-o como o primeiro?

Porque RODRIGUES ALVES tinha, como síntese de sua personalidade, o culto da dignidade, da dignidade das palavras, dos próprios gestos, das atitudes, esse “quid” inconfundível que, ao mesmo tempo, infunde confiança e afasta a familiaridade.

Porque (a convicção é de RUY) ele era um homem d’Estado capaz de “pôr a Pátria acima das localidades, a República acima das facções, a Constituição acima dos indivíduos e acima dos cortejos a opinião nacional”.

16 de Janeiro de 1919. RODRIGUES ALVES morrera. Não era, apenas, um quadriênio frustrado. Não era, ainda e só, um grande presidente que desaparecia. Era o Brasil que parava, atônito, numa encruzilhada de seu caminho.